



Importância de Blogs na Representação da Identidade Iraniana¹

Beatriz de Carvalho ALEXANDRINO²
Janayna da Silva ÁVILA³
Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL

RESUMO

O presente artigo pretende apresentar a pouco conhecida identidade social e cultural iraniana, de acordo com a leitura das publicações do blog “Um brasileiro no Irã”, hospedado no portal da Folha de S. Paulo e escrito pelo jornalista brasileiro Samy Adghirni. O jornalista produziu para o blog como correspondente internacional em Teerã – capital do Irã –, no período de 2012 a 2014. As notícias veiculadas pela mídia hegemônica, no Brasil, acerca do Irã normalmente se limitam ao programa nuclear, ou a discursos que tratam do regime político islâmico xiita. Porém, a identidade coletiva iraniana abrange uma série de nuances negligenciadas pela grande mídia e, conseqüentemente, desconhecida por boa parte dos leitores brasileiros. É importante ressaltar que existem poucos veículos estrangeiros autorizados a ter correspondente no Irã, fator que pode limitar o acesso à informação mais abrangente.

Palavras-chave: Irã; identidade; cultura; islamismo;

INTRODUÇÃO

A mídia tradicional brasileira - especialmente a digital - se restringe, na maioria das vezes, a veicular as mesmas notícias quando o tema é Irã: o programa nuclear. Mesmo sendo uma pauta de preocupação mundial e de interesse público, o programa nuclear não é o único fato noticioso iraniano e não pode ser tomado como característica majoritária da identidade do Irã.

A preocupação constante sobre o programa nuclear diz respeito à possibilidade de fabricação da bomba atômica, mas o Irã garante que o enriquecimento de urânio se destina à medicina nuclear e à geração de energia elétrica. Muito além do programa nuclear, o Irã possui uma identidade cultural rica e pouco difundida pela mídia brasileira. Bastante influenciada pela religião islâmica, as diversas facetas das identidades iranianas dizem respeito a questões internacionais.

¹ Trabalho apresentado no IJ 05 – Rádio, TV e Internet do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 2 a 4 de julho de 2015.

² Estudante de Graduação, 7º. semestre do Curso de Jornalismo do COS-UFAL, email: beatrizalexandrino@gmail.com.

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo do COS-UFAL, email: janayna.avila@ichca.ufal.br.



Para a fundamentação do artigo, o blog “Um brasileiro no Irã” deu grande suporte para o conhecimento cultural iraniano. Foi desenvolvida também uma análise, realizada a partir da ideia de censura, fundamentada em Castells (2004). Também foi desenvolvida outra análise a respeito do feminismo islâmico.

UM PANORAMA

A República Islâmica do Irã, situada no Oriente Médio – que até 1979, quando houve a Revolução Islâmica e transformou o Irã num regime teocrático xiita, vivia sob o reinado pró-Occidente do xá Mohammad Reza Pahlavi – é um país de etnia predominantemente persa, com pouco mais de 99% de praticantes da religião islâmica, e cuja maioria é da seita xiita. Importante frisar, para não confundir, que islâmico (também chamado de muçulmano) é o seguidor do islã ou islamismo (religião monoteísta criada por Maomé), enquanto que persa é um grupo étnico pertencente à linhagem dos povos indo-europeus, e cujo idioma é o persa ou farsi.

Essa característica étnica e religiosa é dominante e influencia na construção da atual identidade iraniana, que também possui outras etnias e religiões praticando livremente sua fé (com exceção de alguns conflitos isolados). Além da persa, tem-se a etnia azeri, xiitas em sua maioria, que fala um dialeto derivado do idioma falado na Turquia, sente-se culturalmente mais próxima da Turquia ou do Azerbaijão, seus vizinhos, do que do próprio Irã, e também pratica um islã mais conservador.

O líder supremo iraniano, aiatolá Ali Khamenei, é azeri. Além de persas e azeris há também os curdos, predominantemente muçulmanos sunitas, que são estimados em 6 milhões de habitantes e consideram-se uma nação sem país. Samy Adghirni – jornalista de “Um Brasileiro no Irã”, blog analisado nesse trabalho –, cita que “o Irã tem ainda várias microcomunidades étnicas, como baluques (sunitas), luros (xiitas), armênios (cristãos), turcomenos (sunitas) e pashtuns (sunitas)”. A população de religião judaica e zoroastra é quase toda persa.

A base do sistema político iraniano é regida pela constituição de 1979 – ano da Revolução iraniana, comandada pelo aiatolá Ruholla Khomeini, que acabou com a monarquia laica e autoritária do xá e transformou o país numa República Islâmica. Aiatolá, vale ressaltar, é o título religioso usado para pessoas que ocupam o cargo máximo na hierarquia xiita. Com a implementação de uma República Islâmica, as relações de governo passam a estar de acordo com os preceitos religiosos do islamismo.



O governo é comandado pelo presidente, que é escolhido democraticamente, por meio do sufrágio universal e o regime é religioso e comandado pelo chefe de Estado, o aiatolá, líder supremo, eleito pela Assembleia dos Peritos para um mandato vitalício. Hassan Rowhani é o atual presidente, eleito em 2013 e, enquanto presidente, é responsável pelo Poder executivo e por coordenar as decisões governamentais, porém seu poder é limitado pelo do líder supremo, aiatolá Ali Khamenei, escolhido para ocupar o cargo em 1989, com a morte de Khomeini. O aiatolá comanda as forças armadas, nomeia o chefe do poder judiciário, da segurança interna, da oração da sexta-feira, das estações de rádio e televisão e pode demitir o presidente, caso julgue necessário.

Durante a monarquia, a vida cotidiana do iraniano se assemelhava a de um ocidental em vários aspectos – vestimentas, gostos musicais, literatura, hábitos de consumo –, mas a perseguição política era implacável. A Revolução de 1979 mudou completamente as normas que regiam a vida iraniana, pública e privada, positivadas na Constituição.

Uma das primeiras modificações com o novo governo [o islâmico] foi a proibição de bebidas alcoólicas, a dissolução dos tribunais civis e o retorno da obrigatoriedade do uso do chador [véu que cobre todo o corpo, deixando apenas o rosto à mostra]. Foram estabelecidos tribunais revolucionários islâmicos com o objetivo de punir os “traidores do Irã”. Todos aqueles que houvessem participado ou defendiam o sistema monárquico foram executados. As mulheres que vendiam o corpo para sua sobrevivência foram também executadas por corromperem a pureza do islã. O pudor muçulmano era tema central de muitos dos discursos do Aitolá, sendo assim, todas as atividades compartilhadas por homens e mulheres não ligados por laços familiares seriam consideradas ilegais, como os banhos mistos nas praias. O cinema, a televisão e as rádios foram proibidos de veicularem imagens que ferissem os preceitos islâmicos, em especial cenas que remetessem de alguma forma a cultura “corrompida” do ocidente. (NEUMANN, 2006, p. 785)

No Irã atual permanece a perseguição política, repressão moral e violação dos direitos humanos, porém o desenvolvimento social iraniano pode ser tomado como exemplo. Entre 1980 e 2013, o Índice de Desenvolvimento Humana (IDH) iraniano aumentou de 0,490 para 0,749. Isso representa um salto de 52,9%, ou um aumento médio anual de cerca de 1,30%.

Sammy Adghirni fala em seu blog:



A taxa de analfabetismo entre iranianos é muito baixa. A estrutura social assemelha-se em alguns aspectos à realidade de países europeus - alto nível de instrução, elevada expectativa de vida, baixa natalidade, muitos divórcios. O nível do ensino, universitário principalmente, enche de orgulho até os mais ferozes opositores. Mulheres trabalham, dirigem, estudam, batem boca com a polícia e podem pedir divórcio. As iranianas por lei cobrem o cabelo [o véu mais comum no Irã é o hijab], mas aqui não existe a burca, aquele indizível pano que cobre o corpo todo, deixando apenas uma grade de tecido na altura dos olhos. (ADGHIRNI, 2012)

O IDH – medida sumária para avaliar o progresso de longo prazo em três dimensões básicas do ser humano: uma vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e um padrão de vida decente – do Irã (0,749) ocupa a 75ª posição dos 187 países e territórios analisados, segundo relatório divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2014. O valor do IDH vai de 0 a 1 e classifica os países em grupo com IDH “muito elevado”, “elevado”, “médio” e “baixo”. O Brasil (a comparação com o Brasil, bem como com qualquer outro país, está sendo usada como um ponto de ancoragem para a noção do leitor, sendo guardadas as devidas diferenças culturais entre os países) cujo IDH é 0,744, ocupa a 79ª posição; ambos ficam no grupo de países com IDH elevado, cuja média é 0,735.

A taxa de mortalidade materna, no Irã, em decorrência do parto, a cada 100 mil nascimentos é 21, número idêntico ao dos Estados Unidos (EUA), que tem IDH muito elevado (0,914), ocupando a 5ª posição no ranking mundial. No Brasil, esse número chega a 56. Com relação à segurança, o Irã ultrapassa o Brasil e os Estados Unidos, pois para cada 100 mil habitantes, há 3 homicídios no Irã, 4,7 nos EUA e 21,8 no Brasil.

O percentual de mulheres, de 25 anos ou mais, com pelo menos parte do ensino médio no Irã é de 62,2% contra os 51,9% do Brasil, apesar de o Brasil investir mais em educação: 5,8% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro é direcionado à educação, ao passo que o Irã aplica 4,7%. Mas as brasileiras ficam na frente do Irã em matéria de representação no Parlamento (9,6% contra 3,1%) e na categoria “igualdade de gênero”, onde o Brasil está em 85º no ranking mundial, enquanto o Irã está na posição 109. Os EUA ocupam a posição 47 neste ranking.

O Irã também sofre com a taxa de desemprego, que chega a 13,5%, mais do dobro com relação ao Brasil que tem 6,2% de desempregados. A mortalidade infantil do Irã é de 18, para cada 1000 crianças menores de 5 anos, número acima da média (15 mortes para cada 1000 crianças) dos países de IDH elevado.



Com relação aos seus vizinhos, o Irã também figura com IDH mais alto. O Azerbaijão fica logo abaixo, com a 76ª posição. O Turquemenistão e o Iraque ocupam a posição 103ª e 120ª respectivamente, ambos no grupo de IDH médio. Enquanto que o Paquistão e o Afeganistão ficam no grupo de IDH baixo, com as posições 146ª e 169ª, respectivamente.

NUANCES DA IDENTIDADE IRANIANA

A identidade cultural diz respeito aos aspectos das identidades que surgem do "pertencimento" a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais. (HALL, 2005). A forma como a cultura é representada na mídia ajuda a construir o senso comum sobre essa identidade.

A situação da mulher no Irã, assim como nas outras esferas da vida iraniana, deve obedecer às normas impostas pelo regime. Mas está longe de se apresentar como um quadro homogêneo com relação aos outros países muçulmanos do Oriente Médio – aqui entra a importância dos blogs na disseminação de conteúdos mais plurais e democráticos a respeito das diferenças culturais numa região, o Oriente Médio, estigmatizada pela violência, uma vez que os veículos de comunicação tradicionais, em sua maioria, se restringem a publicar esse tipo de informação.

No Irã, as mulheres podem dirigir, votar, trabalhar e estudar. Inclusive, a população acadêmica iraniana tem mais mulheres (60%) do que homens (40%). O contato físico entre homens e mulheres é proibido nos lugares públicos, mas isso não impede a conversação ou até mesmo as discussões, em público, entre pessoas de sexo oposto. Lá, nenhuma mulher é obrigada a usar a burca – véu, normalmente preto, que cobre todo o corpo, com uma estreita tela de tecido na altura dos olhos, na qual se pode enxergar. Elas comumente usam o *hijab*⁴, ou, no caso das mais conservadoras, o *chador*⁵. Usar o véu é obrigatório, assim como cobrir os ombros, braços e pernas. Os Turistas devem seguir o mesmo padrão, em respeito à cultura.

Na Arábia Saudita (país de etnia árabe e religião islâmica), as mulheres são privadas de dirigir e experimentar roupa na loja. No Iêmen, também árabe e islâmico, é recomendável que os homens só falem com mulheres se forem parentes. E no Afeganistão (persa e islâmico) é comum o uso da burca, mesmo depois de mais de uma

⁴ Lenço que cobre o cabelo, mas não o rosto.

⁵ Lenço que cobre todo corpo, mas sem cobrir o rosto.



década da queda do Taleban, regime fundamentalista islâmico que se difundiu no Paquistão e Afeganistão, cuja doutrina impedia mulheres de trabalhar, e às vezes de ter acesso a hospitais públicos, como forma de evitar o contato entre a paciente e profissionais de saúde do sexo masculino; elas não podiam sair de casa sem acompanhantes homens e as viúvas ou mulheres que não tivessem filhos não eram consideradas pessoas pelo Estado. O regime Taleban caiu há mais de uma década, mas ainda existe como movimento terrorista.

No Irã somente homens podem cantar, tocar instrumentos musicais ou andar de bicicleta. Mulheres foram banidas de estádio e só podem competir se respeitarem as regras de indumentárias. Homens e mulheres não frequentam as mesmas praias e há áreas separadas para homens e mulheres em transportes públicos, escolas e centros de votação.

Segundo a lei iraniana, a partir de 1979, a mulher vale a metade de um homem. Assim, se uma mulher e seu irmão forem assaltados, feridos, a indenização do irmão é o dobro da dela. O testemunho de duas mulheres em um tribunal equivale a de um homem. Pela lei da família, um homem pode ter quatro mulheres, sem nenhuma justificativa.

Quem fiscaliza a indumentária e comportamentos considerados inadequados no Irã é a polícia moral, criada após a Revolução Islâmica. Véu mal colocado, maquiagem berrante, regatas ou bermudas (no caso dos homens) ou contato físico entre homens e mulheres são caçados pela polícia moral, que está sempre atrás da “corrupção moral” e do “vício social”. Quando identificados, os policiais abordam o transgressor da lei, que é levado na van da polícia à delegacia, onde é advertido ou multado. Parentes ou amigos são convidados a levar roupas mais apropriadas, a maquiagem é retirada e a pessoa assina um termo se comprometendo a ter mais ponderação da próxima vez. As peças são confiscadas lá mesmo. Em respeito à doutrina do islã, quem aborda as iranianas são agentes de abordagens do sexo feminino, vestidas de chador. Os policiais homens só acompanham. Adghirni relata em seu blog:

Os relatos do que acontece nas delegacias enquanto as moças esperam que alguém venha buscá-las são surreais. Há policiais que paqueram as infratoras. Alguns agentes pedem desculpas, alegando estar apenas fazendo o que a lei manda. A namorada de um amigo que já passou horas na delegacia conta que uma policial lhe confidenciou existirem cotas de mulheres a serem abordadas por dia. (ADGHIRNI, 2012)



Porém, nem todos concordam ou se preocupam com a ação da polícia moral. Prova disso é que algumas iranianas não cobrem boa parte do cabelo, especialmente nas regiões menos conservadoras, e, mesmo assim, nunca foram abordadas. Além disso, a polícia moral anda acompanhada de um carro de apoio, implementado pelo regime, porque os policiais não conseguem, sozinhos, evitar eventuais acometimentos de cidadãos que tentam impedir o trabalho da polícia moral, por não concordarem com ela.

Diante do quadro iraniano de discriminação baseada no gênero, sem esquecer que o Irã possui suas diferenças com relação à realidade do restante do Oriente Médio, surge a ideia de “feminismo islâmico”, movimento que busca recuperar a ideia de *ummah*⁶ como um espaço partilhado entre homens e mulheres. O feminismo islâmico consiste na releitura das inscrições do islã, dos *ahadiths*⁷ e do *fiqh*⁸, baseando-se no conceito árabe de *ijtihad*⁹. O feminismo islâmico fundamenta suas ideias na afirmativa de que a desigualdade não está relacionada ao Alcorão – livro sagrado muçulmano –, mas sim a aspectos culturais e sociais do país. O tema feminismo islâmico é mais facilmente encontrado em blogs ou artigos científicos do que na agenda midiática brasileira.

Uma das estudiosas do feminismo islâmico é Margot Bradan, historiadora americana especialista em feminismos no Oriente Médio. Badran segue uma vertente que considera o feminismo islâmico um fenômeno transformador da realidade dos países muçulmanos e das estruturas discursivas do islã.

Ao fazer as suas análises da importância mundial desse movimento, Margot Badran subtrai o caráter religioso e enxerga-o somente no seu viés político. Contudo, todo o programa do feminismo islâmico está voltado para o âmbito religioso e se se pensa que os feminismos como, por exemplo, o marxista, o latinoamericano, o francês, o estadunidense, o cristão-católico, o secular e tantos outros tiveram seus programas limitados diante da permanência dos sistemas patriarcais é, então, inevitável a pergunta: a religião não seria um limitador? (LIMA, 2012, p.10)

Outra evidência de que nem todo iraniano está satisfeito com as normas impostas pelo regime é o uso de antenas parabólicas ilegais nas televisões, prática que

⁶ Comunidade muçulmana.

⁷ Dizeres e ações do profeta Muhammad.

⁸ Jurisprudência islâmica.

⁹ Livre e racional interpretação das fontes.



permite ao iraniano assistir canais vetados pelo regime. As emissoras de rádio e TV no Irã são de monopólio do Estado teocrático iraniano e canais estrangeiros são proibidos por serem considerados “moralmente corruptos” e pelo medo da propagação de ideias que queiram destruir o regime islâmico. A Press TV, por exemplo, é um canal de notícia internacional, em inglês, transmitida via satélite em boa parte do mundo e financiada pelo governo iraniano.

A Press TV difunde os ideais islâmicos e serve de agenda política e propaganda do governo. Durante a Primavera Árabe, por exemplo, o canal tratava as manifestações sob o título de “despertar islâmico” e a explicação dada pelo canal era a de que a população da região estava revoltada com o autoritarismo laico de seus governantes e desejava viver sob um sistema teocrático, tal qual aconteceu no Irã em 1979.

A censura imposta pelo governo não se restringe às emissoras de rádio e TV. Os 11 milhões de internautas fazem do Irã a maior rede de usuários de internet do Oriente Médio. Mas alguns sites e redes sociais como o Facebook são proibidos, apesar de serem frequentemente acessado a partir de antifiltros.

Segundo Castells (2004), a influência da internet não depende apenas da quantidade de usuários, ela diz respeito também à qualidade do uso. Várias atividades, como as econômicas, culturais, sociais e políticas são estruturadas na internet e por meio dela. O autor afirma ainda que ser privado dessas redes é sofrer uma das formas mais danosas de exclusão em nossa cultura.

A ideia de inclusão digital não acarreta apenas conceitos de cidadania, dignidade ou justiça social. A inclusão digital fundamenta a inserção do cidadão nas estruturas de poder. (BUZATO, 2008) No Irã, o poder é bem delimitado, considerando-se o governo, o regime e o islã. Privar a sociedade de acesso a meios digitais é privá-la do poder e tentar sujeitá-la ao isolamento.

De acordo com pesquisa feita pelo Comitê para Proteção dos Jornalistas (CPJ), em 2015, o Irã ocupa o 7º lugar na lista dos 10 países com maior censura à imprensa. Os líderes do ranking são Eritreia (África), Coreia do Norte e Arábia Saudita. Um dos problemas apontado pelo CPJ é a falta de comunicação dos cidadãos a partir da internet. Na República Islâmica do Irã milhares de websites são bloqueados pelo regime e autoridades são suspeitas de colocar no ar versões falsas de sites e ferramentas de busca populares como forma de vigilância.



Com relação aos softwares de censura, nos primeiros anos de sua existência, a internet era tecnologicamente mais restrita, o que permitia maior liberdade e privacidade aos usuários.

Tecnologicamente, sua estrutura de interconexão irrestrita de computadores, baseada em protocolos que interpretam a censura como uma falha técnica, e simplesmente a burlam na rede global, tornava difícil – embora não impossível – controlá-lo. Isto não está na “natureza” da internet: isso é a própria internet, como projetada por seus criadores iniciais. (CASTELLS, 2004, p. 135)

Porém, esse fundamento de liberdade na internet está sendo desafiado por novas tecnologias e regulação.

Aplicações de software podem ser superpostas em camadas a protocolos da internet, tornando possível identificar rotas de comunicação e conteúdo. Com o uso dessas tecnologias, é possível violar a privacidade, e uma vez que se torna possível relacionar indivíduos com processos específicos de comunicação em contextos institucionais específicos, todas as formas tradicionais de controle político e organizacional podem ser lançadas sobre o indivíduo em rede. (CASTELLS, 2004, p. 140)

A internet pode se configurar como epicentro de movimentos sociais, como é o caso da Primavera Árabe, que utilizou os meios digitais em larga escala para divulgar, incentivar e articular a onda de protestos que se iniciou em 2010 em países árabes e no Egito (norte da África) contra governos ditatoriais e melhores condições de vida. A Primavera Árabe, apesar de não estar mais na mira da grande mídia, ainda é realidade em alguns países do Oriente Médio.

O Irã, que é persa, não sofreu diretamente as consequências da Primavera Árabe, apesar de esta ter determinado um rearranjo das relações de força no Oriente Médio. Mas não significa que a população iraniana seja passiva. Existe um desejo de mudança em uma parte da sociedade iraniana e o maior expoente desse clamor de mudança social é a advogada iraniana Shirin Ebadi, vencedora do Prêmio Nobel da Paz em 2003, por sua atuação na defesa dos direitos humanos no Irã. Shirin defende mudanças estruturais no Irã, incluindo uma interpretação mais livre do islã, que norteias as esferas públicas na vida iraniana.

Bebidas alcoólicas também não são permitidas, bem como casas de festas. Elas normalmente são feitas, ilegalmente, em casa. Porém calça jeans e música ocidental não



são grandes preocupações do regime. Apesar dessas transgressões, 57% da população iraniana se diz satisfeita com sua liberdade de escolha, com a liberdade que possui de fazer o que quiser com sua vida, segundo dado do relatório de Desenvolvimento Humano da PNUD, de 2014.

A etiqueta social iraniana não deixa refletir a pressão autoritária do regime. O *taaruf*¹⁰ é marcado por uma gentileza que pode parecer estranho para os padrões ocidentais.

O *taaruf* determina que um comerciante recusará várias vezes o pagamento da mercadoria antes de aceitá-lo. É um acordo implícito entendido por todos: “eu digo que não precisa pagar até você me forçar a aceitar o dinheiro”. No restaurante japonês mais badalado de Teerã, o garçom também disse que o jantar era por conta da casa. (ADGHIRNI, 2012)

No Irã, não se chega de mãos vazias na casa de uma pessoa. Quando se elogia o relógio de alguém, esse alguém oferece o relógio para quem o elogiou, mas este não pode aceitar o “presente”. Ao recusar o pagamento, o dono da loja dirá coisas como “sou pequeno diante da sua presença”, mas o cliente deve insistir em pagar. Assim funciona o *taaruf*.

O Irã é predominantemente xiita. Mas se engana quem pensa que o Irã é ultraviolento por ser desse ramo do islamismo. Na verdade, xiitas não são mais radicais do que sunitas. O grupo mais violento entre as facções muçulmanas é a Al Qaeda, que é sunita. Essas duas seitas derivam da mesma religião: islâmica. Mas com liturgias tão distintas que parecem religiões diferentes. E há uma rixa histórica entre xiitas e sunitas que provoca desavenças até os dias atuais.

Tudo começou no século 7, com a morte de Maomé, o criador do islã, e a discórdia sobre quem seria seu sucessor. Os sunitas (partidários da “suna” = tradição) defendiam que os companheiros de Maomé eram os mais qualificados para o cargo. Já os xiitas (partidários da “xia”= herança) acreditavam que só um parente de sangue de Maomé poderia liderar.

Teerã, capital do Irã, é exemplo em segurança (com exceção de episódios de repressão política, como aconteceu em 2009, ocasião em que iranianos se manifestaram contra a reeleição de Mahmoud Ahmadinejad e foram fortemente reprimidos pela polícia): a taxa de homicídios se assemelha a de países desenvolvidos da Europa,

¹⁰ Norma de hospitalidade e amabilidade.



enquanto que Cabul, capital do Afeganistão (sunita), sofre com o terrorismo, em que centenas de pessoas morrem em atentados praticados pelo Taleban. Afeganistão é uma zona de conflito constante.

A realidade social no Irã é marcada por fortes contrastes de modernidade e atraso. O país que garante segurança aos cidadãos e educação universitária às mulheres é o mesmo que viola direitos humanos e liberdades individuais. Nesse contexto, encontram-se os homossexuais.

Oficialmente, homossexuais não existem no Irã. O ex-presidente Mahmoud Ahmadinejad afirmou a uma plateia de estudantes, na Universidade Columbia nos EUA, que “no Irã não temos homossexuais”. No novo Código Penal Islâmico, as relações homossexuais são oficialmente criminalizadas, segundo o relator. Os artigos 232 e 233 do código preveem pena de morte para “o homem envolvido em sodomia, independentemente de seu papel ser consensual ou não”. Homens solteiros e muçulmanos “ativos” na relação podem receber penas de 100 chicotadas, desde que não tenham realizado um estupro. Homens casados ou não muçulmanos estão sujeitos à pena de morte. Se a relação homossexual (entre dois homens ou duas mulheres) não envolver penetração, o praticante está sujeito a receber 100 chicotadas. Em 2012, teriam ocorridas quase 500 execuções (entre as oficiais e não oficiais), além de torturas.

Mohammad Javad Larijani, secretário-geral do Alto Conselho para os Direitos Humanos do Irã, já declarou em um canal de TV estatal que homossexualidade é uma doença e deve ser curada. A declaração foi feita como resposta a um relatório publicado pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em 2013, em que o documento condena abusos cometidos pelo regime do Irã.

A “cura” para homossexuais, segundo o islamismo, é a cirurgia de troca de sexo, que pode ser parcialmente financiada pelo governo, já que transexuais são considerados heterossexuais vítimas de uma doença curável. O Estado pode subsidiar um terço do valor total da operação. Os candidatos à cirurgia passam por sessões com médico, psicólogo e psiquiatra, num processo que leva meses e seleciona pessoas com “transtorno profundo de identidade de gênero”. Dado o parecer médico, o paciente passa por trâmites legais e, se aprovado o laudo, ele poderá acionar a Organização do Bem Estar Social, que administra o subsídio.

Adghirni relata numa reportagem que escreveu para o portal da Folha de S. Paulo, que “uma transexual operada confidenciou um sentimento amplamente compartilhado



em silêncio: ‘não teria mutilado meu corpo se a sociedade tivesse me aceitado do jeito que eu nasci’”. No Irã são feitas, ao menos, 50 cirurgias por ano.

Uma pesquisa realizada por dois suecos em 2013 revelou os países mais e menos racistas do mundo. Apesar de a pesquisa apresentar algumas falhas e lacunas, Adghirni considera o resultado pertinente. O Irã, de acordo com a pesquisa, não está no topo do ranking – liderado por Índia e Jordânia –, mas apresentou 30% a 39,9% de entrevistados que não querem vizinhos de raça diferente.

O racismo no Irã às vezes é chocante de tão sincero. Me dei conta disso logo nos meus primeiros dias no país, quando uma moça desconhecida me abordou no meio da rua querendo bater papo ao ver que eu era gringo, prática muito comum por aqui. “Adoro conversar com estrangeiros, ainda mais com alguém como você, que não é negro”. Fiquei estarecido. Tempos depois, o garçom de um restaurante cheio de pompa perguntou minha nacionalidade, num inglês meia boca. Ao ouvir a resposta, emendou: “há muitos negros no Brasil, não é? Sorte a sua ter nascido branco”. (ADGHIRNI, 2013)

No Irã há poucos estrangeiros. Negro quase não tem. Quem mais sofre o preconceito são os quase dois milhões de afegãos (árabes), muitos deles ilegais, que foram para o Irã em busca de melhores condições de vida. “Volta pro teu país” é uma frase frequentemente dita aos afegãos por iranianos.

O racismo no Irã existe, mas não é norma e é desprovido de violência física (agressividade não é comum na população civil iraniana) ou hostilidade. No Irã não há militância, ou racismo organizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Irã, uma das mais antigas civilizações do mundo, guarda uma identidade cheia de nuances, que foi construída ao longo dos seus mais de 5.000 anos de existência e revela-se mais complexa do que é mostrada no noticiário brasileiro, bem como neste artigo. A intenção era dar uma pequena prova de que a identidade social do Irã vai além de um regime teocrático ou do programa nuclear.

O acesso ao blog (ou weblog), que pode ser definido, segundo Granado (2003), como uma “página com entradas datadas que aparecem pela ordem inversa em que foram escritas”, permitiu maior conhecimento a respeito da cultura iraniana. Em consonância com o trabalho jornalístico de responsabilidade social, desmistificar a República Islâmica do Irã, a partir de produtos jornalísticos digitais, era uma maneira de



questionar o real contexto social iraniano, tomando como base conceitos de democracia, direitos humanos e desenvolvimento social.

Respeitando-se a noção de diferenças culturais, é mostrado aqui que é possível se fazer análise de certos aspectos da cultura iraniana, quando esses aspectos dizem respeito a questões internacionais, como, por exemplo, a situação da mulher ou a censura a conteúdo digital. A situação da população iraniana é recheada de peculiaridades culturais. Cada país possui suas características essenciais e com o Irã não é diferente. O Oriente Médio não é um quadro em preto e branco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADGHIRNI, S. A BBC iraniana. Folha de S. Paulo, Teerã, 3 abril 2012. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login-colunista.shtml?http://samyadghirni.blogfolha.uol.com.br/2012/04/03/a-bbc-iraniana/>>.

Acessado em 21.04.2015;

ADGHIRNI, S. **A polícia moral iraniana em ação**. Folha de S. Paulo, Teerã, 16 mai. 2012. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login-colunista.shtml?http://samyadghirni.blogfolha.uol.com.br/2012/05/16/a-policia-moral-iraniana-em-acao/>>. Acessado em: 21.04.15;

ADGHIRNI, S. **Etiqueta iraniana**. Folha de S. Paulo, Teerã, 17 fev. 2012. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login-colunista.shtml?http://samyadghirni.blogfolha.uol.com.br/2012/02/17/etiqueta-iraniana/>>.

Acessado em 20.04.15;

ADGHIRNI, S. **O dia da mulher no Irã**. Folha de S. Paulo, Teerã, 8 mar. 2012. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login-colunista.shtml?http://samyadghirni.blogfolha.uol.com.br/2012/03/08/o-dia-da-mulher-no-ira/>>.

Acessado em 20.04. 2015;

ADGHIRNI, S. **Preconceito à iraniana**. Folha de S. Paulo, Teerã, 3 set. 2013. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login-colunista.shtml?http://samyadghirni.blogfolha.uol.com.br/2013/09/03/preconceito-a-iraniana/>>.

Acessado em 25.04.15;

ADGHIRNI, S. **Operação antigay**. Folha de S. Paulo, Teerã, 13 jan. 2013. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/88364-operacao-antigay.shtml>>. Acessado em 13.05.15;

ALENCAR, A. O. **Boletim Mundorama**, 19 dez. 2013. Disponível em <<http://mundorama.net/2013/10/19/ira-e-primavera-arabe-o-reves-inesperado-de-uma-potencia-em-ascensao-por-aline-de-oliveira-alencar/>>. Acessado em 22.05.15;



BUZATO, M. E. K. **Inclusão digital como invenção do cotidiano: um estudo de caso.** Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Educação, v. 13, n. 38, 2008;

CASTELLS, M. **A galáxia internet, reflexões sobre internet, os negócios e a sociedade.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004;

FISHER, M. **A fascinating map of the world's most and least racially tolerant countries.** The Washington Post, 15 mai. 2013. Disponível em <<http://www.washingtonpost.com/blogs/worldviews/wp/2013/05/15/a-fascinating-map-of-the-worlds-most-and-least-racially-tolerant-countries/>>. Acessado em 18.05.2015;

GRANADO, A. **Ponto media-discussão sobre o que são weblogs,** 2003. Disponível em: <<http://ciberjornalismo.com/oquesaoweblogs.html>>. Acessado em 22.05.15;

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005;

LIMA, C. **Feminismo islâmico no Oriente Médio: Egito e Turquia.** In: VII Congresso português de sociologia, Universidade do Porto, 2012;

NEUMANN, M. M.. **Por detrás dos véus: a mulher muçulmana e as revoluções turca e iraniana.** Papel político, Pontifícia Universidade Javeriana, Colômbia, 2006;

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório de Desenvolvimento Humano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento:** 2014;

REDAÇÃO. **Cuba, Irã e China estão entre os 10 países com mais censura.** EXAME.com, 21 abril 2015. Disponível em <<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/cuba-ira-e-china-estao-entre-os-10-paises-com-mais-censura>>. Acessado em 22.05.15;

REDAÇÃO. **Homossexualidade é doença, diz autoridade de direitos humanos no Irã.** Carta Capital, 14 mar. 2013. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/homossexualidade-e-doenca-diz-autoridade-de-direitos-humanos-do-ira>>. Acessado em 19.05.2015.